

Briefs: a busca pela garantia dos Direitos Humanos

As conhecidas desigualdades sociais do Brasil construíram ao longo dos últimos anos um cenário bastante alarmante no campo do respeito aos Direitos Humanos, com visíveis brechas na consolidação da democracia. Os mais pobres e as minorias étnicas e raciais continuam sofrendo as consequências desta frágil consolidação, que é demonstrada amplamente em áreas importantes, como segurança pública, conflitos gerados a partir da luta pela terra, saúde e trabalho. Encontra-se aí a contradição das novas democracias nos países emergentes: consolidaram-se os direitos políticos e seus processos institucionais, mas ao mesmo tempo aprofundaram-se as desigualdades e injustiças sociais.

Ao longo das últimas décadas passos importantes foram dados, como a adoção de programas governamentais, a promulgação de uma Constituição “cidadã” e o surgimento de novos atores sociais. Porém, ainda estima-se que 32 milhões de pessoas vivem na linha de pobreza, 500.000 foram assassinadas entre 1996 e 2006 e o Brasil detém o título de país com a maior desigualdade de renda do mundo. Herdeiro da escravidão de homens e mulheres negros que durou 3 séculos e da ditadura militar de 1964-1985, o respeito aos Direitos Humanos ainda é um desafio a ser enfrentado.

A violência que atinge jovens e negros. O processo de urbanização crescente entre as décadas de 1940 e 1960 que trouxe para as metrópoles levas de migrantes despossuídos, a procura de melhores condições de trabalho e serviços básicos de saúde e educação, teve como resultado a proliferação de favelas e periferias, bairros pobres, em geral cidades dormitórios onde a população tem poucas oportunidades de lazer, educação ou serviços de saúde. A ausência do estado nestes espaços, como provedor de serviços e oportunidades gerou brechas sociais nas quais o aumento do poder do tráfico de drogas nas favelas e periferias é o resultado mais imediato.

O crescimento da violência nas grandes cidades põe em xeque a crise do estado brasileiro em prover aos seus cidadãos, sem discriminação, uma política de segurança preventiva, pro-ativa, investigativa, na qual o respeito aos Direitos Humanos seja marco estratégico e regulatório. E o modelo de sociedade que a população brasileira quer para si, de repúdio à cultura da violência.

Vários estudos têm apontado que os homicídios estão concentrados nas áreas onde há maior vulnerabilidade social e mostram um perfil bastante definido: jovens negros entre 15 e 19 anos, do sexo masculino, pobres e moradores das periferias das cidades. A juventude, principal alvo das gangues criminosas, está sendo recrutada nestes espaços cada vez mais cedo. Atualmente adolescente de 12 a 15 anos entram para o tráfico. Não é a toa que a principal causa de homicídios no Brasil entre os jovens (15 a 19 anos), 39,7%, seja por armas de fogo. Nos últimos 10 anos houve um aumento de 64,2% no número de homicídios na faixa etária de 15 a 19 anos, superior aos números da população total, 48,4%, principalmente nas metrópoles. Outro agravante é o uso indiscriminado de armas de fogo que causaram cerca 33.284 homicídios somente em 2006, 71,3% do total¹.

Apesar das várias trocas de governo, das conjunturas internacionais, das próprias mudanças culturais e sociais da sociedade brasileira ao longo dos últimos anos, o número de mortes violentas, com especial foco para o uso das armas de fogo permanece acima da casa de 40.000 mortes anuais.

Um outro aspecto é a chamada geografia da morte. A territorialidade da violência que tem como alvo as comunidades populares, eleva as taxas de violência a níveis insuportáveis, mas há importantes diferenças quando olhamos os bairros de classe média, com níveis de países desenvolvidos. Na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, área nobre, as taxas são de 5 homicídios para 100 mil hab. enquanto que nos subúrbios e bairros pobres esta taxa se eleva para 80 homicídios.

¹ Mapa da violência 2006: os jovens do Brasil. Julio Jacobo Waiselfisz, OEL, 2006.

Tabela 1 Número de homicídios por 100 mil habitantes – população jovem (19 a 24 anos)

Países	Ano	Taxa	Pos.
Colômbia	2003	95,6	1 ^a
Venezuela	2002	65,3	2 ^a
Brasil	2004	51,7	3 ^a
Paraguai	2000	18,8	9 ^a
EUA	2002	12,8	13 ^a
México	2002	11,5	19 ^a
Cuba	2003	7,2	27 ^a
Finlândia	2004	4,1	37 ^a
Canadá	2002	2,4	48 ^a
Holanda	2004	1,6	59 ^a
Itália	2002	1,4	63 ^a
Alemanha	2004	0,7	77 ^a
Inglaterra e Gales	2002	0,3	80 ^a

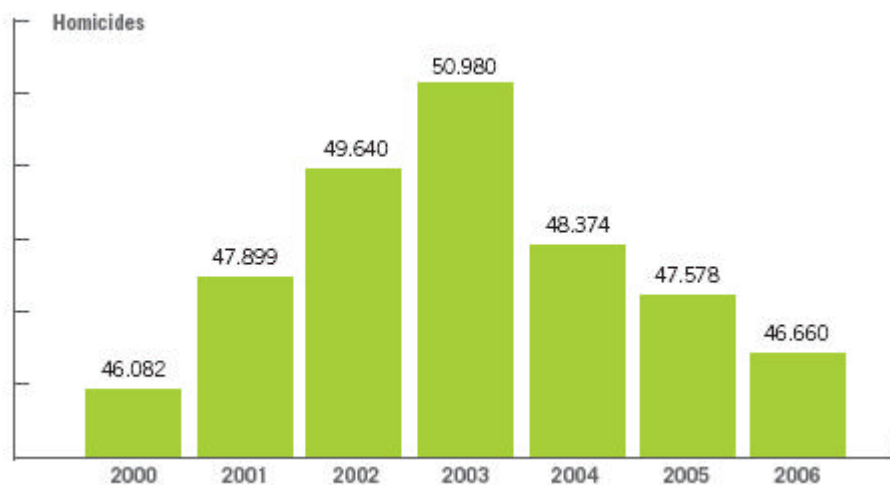
Fonte: Mapa da violência 2006: os jovens do Brasil. Julio Jacobo Waiselfisz, OEI, 2006. pág. 66-68.

- Essa classificação baseia-se num grupo de 84 países.
- Os países do continente africano não estão contemplados nesta amostra. Devido ao ano de referência pode haver defasagem nos números, pois possivelmente alguns países implementaram programas e ações tendo diminuído a violência, como é o caso da Colômbia.

Box 1. Inconsistência dos Dados. Os números da violência no Brasil estão cercados de polêmica. Muitos estudiosos das políticas públicas na área de segurança afirmam que em sua maioria os dados não são confiáveis ou não retratam a realidade, dificultando o monitoramento dos fenômenos da violência. Em 2006, segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública, foram registrados 6,7 milhões de crimes no país. A partir de estudo realizado pelo IPEA, 17,2 milhões não foram notificados, chegando a um resultado alarmante de 24 milhões de crimes, quase quatro vezes mais do que o notificado, devido a falhas metodológicas no sistema de informação dos órgãos responsáveis pela notificação de crimes. Portanto, há um consenso: os números são ainda maiores

Ver 1 – Revista Desafios, IPEA. Fevereiro de 2008.

Total de Homicídios no Brasil



Mapa da violência nos municípios brasileiros, 2008.

“Quando a polícia trabalha, ela mata mais e morre mais”. Desde o último governo a política de segurança no Rio de Janeiro tem como principal mecanismo a militarização nas incursões policiais nas favelas, utilizando para isto como meio de intimidação ao crime o uso da força letal. O principal argumento é: contra grupos criminosos fortemente armados não há nenhuma solução viável a curto

prazo a não ser o conflito armado. Para isto a polícia carioca utiliza-se de um veículo blindado apelidado de Caveirão, para as incursões nas favelas. Várias denúncias de abusos, agressões e violações de direitos foram feitas por moradores aos organismos internacionais e organizações de defesa de direitos. No último relatório da Anistia Internacional² o Caveirão ganhou destaque, sendo condenado por práticas não condizentes com as determinações da ONU quanto aos Direitos Humanos. Em 2007 um novo governo estadual tomou posse com um discurso de condenação ao uso do Caveirão e apuração de denúncias quanto às milícias. Após 1 ano de mandato o governo Sergio Cabral apresenta-se como um dos mais violentos dos últimos anos³ (veja tabela 2).

Tabela 2 Principais números de vítimas por morte violenta no Estado do Rio de Janeiro, 2007.

Autos de resistência (mortes em confronto com a polícia)	1.330
Homicídios dolosos	6.133
Homicídios culposos	2.697
Cadáveres e ossadas encontradas	1.006
Policiais mortos em serviço	32
Policiais mortos em folga ⁴	119
Total	11.317

Fonte: Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, 2008.

As milícias no Rio de Janeiro. No final de 2006 o foco de atenção passou a ser o Rio de Janeiro. Ataques pela cidade, com a morte de 18 pessoas e 22 feridos, ônibus queimados e ataques a postos policiais. As ações foram atribuídas em princípio a grupos denominados por “milícias”, formados por policiais militares e civis, ex-policiais, militares das Forças Armadas e “arrepentidos” (criminosos que passam a trabalhar para os grupos) e agentes de segurança, e posteriormente ao tráfico de drogas.

Mas o que são as milícias? A milícia se instala nas favelas e expulsa ou realiza acordos com os traficantes utilizando para isto informações adquiridas por infiltrados ou da própria polícia e inicia suas atividades cobrando taxas de segurança aos moradores e comerciantes, além de controlar os meios de transporte alternativos locais e venda de serviço clandestino de tv a cabo. Segundo denúncias à Corregedoria da PM os milicianos em geral passam a controlar o tráfico, fornecendo armas e drogas para outros traficantes e praticam abusos, tortura e violência contra os moradores. As estimativas apontam que cerca de 90 comunidades das 750 existentes no Rio já estão ocupadas pela milícia. Mas, o discurso feito por seus integrantes indica os motivos das invasões como o resgate da lei e da ordem, já que o estado não tem recursos, vontade política ou determinação para realizar o combate ao tráfico dentro das comunidades. As milícias seriam uma alternativa ao descaso do estado para com a população mais pobre e uma alternativa de segurança para a comunidade. O que em geral acontece é a troca de um agressor por outro, a proteção vira extorsão e permanente violação a direitos individuais. O fenômeno das milícias não é novo no Rio de Janeiro, já havia em algumas comunidades um sistema similar, mas o que chama a atenção neste caso é a disseminação rápida pela cidade e o envolvimento direto de parlamentares, tendo conseqüências ainda imprevisíveis.

A implantação da segurança cidadã. Para enfrentar o fenômeno da violência urbana seriam necessárias uma série de estratégias que se intercalam, pois em todas as partes do mundo não é um problema de fácil solução. Sabe-se que onde o estado não é atuante, a violência tem mais campo para se estender e recrutar novos aliados. A sociedade brasileira manifesta-se a favor de penas mais

² A Anistia Internacional também realiza uma campanha internacional pelo fim do Caveirão. No Brasil a ong Justiça Global, parceira da hbs é uma das articuladoras em nível local, apresentando denúncias as autoridades e exigindo punição contra abusos policiais.

³ As execuções são relatadas como “autos de resistência”, ou seja, uma ação seguida de enfrentamento a quadrilhas de traficantes/criminosos. A questão mais chocante é que mais da metade das vítimas recebem tiros nas costas, um terço delas na cabeça. MIR, Luís. Guerra civil, Estado e trauma. 2004, São Paulo: Geração Editorial.

⁴ É bastante comum o policial realizar em seu horário de folga serviços de segurança privada, gerando um número elevado de mortes nesta condição. Além do forte envolvimento com o mundo do crime.

graves para os crimes, inclusive a capital e do aumento de policiais nas ruas das cidades, o uso das Forças Armadas e a construção de mais presídios, corroborando uma visão conservadora e tradicionalista das políticas de segurança pública. Enquanto isto ao longo dos últimos anos a conjuntura internacional foi marcada por inovações importantes nesta área, face ao fracasso de modelos reativos de policiamento.

Com este intuito em 2007, o governo federal lançou um pacote de medidas nesta área - o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), desenvolvido pelo Ministério da Justiça -, com a articulação de políticas de segurança pública e ações sociais, com implantação nas 12 regiões metropolitanas mais violentas e com investimento de R\$ 6,7 bilhões até o fim de 2012. Os recursos estão focados em formação e valorização dos profissionais de segurança pública, reestruturação do sistema penitenciário, combate à corrupção policial e envolvimento das comunidades na prevenção da violência. Além de ações ligadas à cultura, habitação e educação. Mas, qual é o custo com a violência no Brasil? O IPEA realizou estudo sobre o tema e estima que são gastos anualmente cerca de R\$ 92,2 bilhões com a violência, representando 5,09% do PIB brasileiro⁵.

Movimentos sociais, ongs e pesquisadores receberam de forma positiva o programa, porém algumas críticas dizem respeito a falta quase absoluta de menção para “mudanças estruturais na concepção tradicional do papel das polícias: de ação repressiva dirigida aos pobres e minorias em detrimento da segurança e defesa dos seus direitos”⁶.

No Rio de Janeiro foi iniciado o PAC “das favelas”⁷, que prevê a urbanização de favelas em regiões metropolitanas com acentuadas taxas de violência, além de construção de casas, teleférico para ligação entre áreas urbanizadas, postos de saúde, bibliotecas, unidades do sistema nacional de emprego e escolas. O programa no Rio de Janeiro tem orçamento de R\$ 2.096 bilhões, com 80% de recursos do governo federal e foi inspirado em modelo aplicado na Colômbia.

Porém, antes dessas melhorias sociais serem implementadas o governo estadual, juntamente com o governo federal iniciou uma “ação pacificadora para erradicar a força armada”, de acordo com declarações do Secretário Estadual de Segurança Pública. Em uma mega-operação policial num dos maiores conjuntos de favelas da cidade do Rio de Janeiro, o Complexo do Alemão, foram mortas 44 pessoas e cerca de 80 ficaram feridas nos confrontos entre polícia e tráfico de drogas. De acordo com relatório independente da Ordem dos Advogados Brasileiros - OAB sobre a maior das operações que teve como saldo 19 mortes, pelo ângulo dos disparos – de cima para baixo - as vítimas estavam sentadas ou ajoelhadas. O documento aponta ainda que as vítimas apresentavam “inúmeros ferimentos” nos braços, resultantes de uma “conduta de autodefesa”, o que indicaria que no momento dos disparos tentaram se defender utilizando as mãos e braços, estariam portanto, desarmadas. Mas, as declarações do governo estadual afirmam que as mortes ocorreram durante o confronto. Organizações de defesa dos Direitos Humanos, nacionais e internacionais, denunciaram o uso excessivo da força.

O sistema prisional. Contribuindo para o estado geral de insegurança e violência fenômenos novos, ou pelo menos mais visíveis, demonstram a fragilidade do sistema prisional⁸ no Brasil. Em maio de 2006, a cidade de São Paulo, principal centro financeiro do país, parou. O motivo foram ataques criminosos realizados por toda a cidade orquestrados pelo PCC (Primeiro Comando da Capital), grupo organizado originário das prisões de São Paulo. A transferência de seu líder e outros

⁵ CARVALHO, Alexandre X. Y.; CERQUEIRA, Daniel R. C.; LOBÃO, Waldir J. A.; RODRIGUES, Rute I. Análise dos custos e conseqüências da violência para o Brasil. IPEA, Junho de 2007.

⁶ Revista Desafios, fevereiro de 2008, IPEA.

⁷ Menção a um programa mais amplo de obras de infra-estrutura que tem como meta o crescimento econômico (Programa de Aceleração do Crescimento).

⁸ Nos últimos 6 anos foram construídos somente em São Paulo 75 novos presídios. Houve um aumento significativo do número de detentos em todo o país, que passou de 211.953 em 2000 para 401.236 em 2006. Este número cresceu na última década, cerca de 180%. Em 1995 a proporção era de 95 presos para cada 100mil habitantes, hoje esse número é de 227 para 100 mil. Fonte: Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN.

integrantes da facção para uma prisão de segurança máxima no interior do estado⁹ originou uma ação fulminante, cujo saldo foi 293 ataques, levando a 111 mortes, dentre elas 40 policiais e 05 guardas prisionais, ataques contra agências bancárias e uma estação do metrô, 82 ônibus incendiados, 73 rebeliões em presídios de 3 estados brasileiros. Alegando a necessidade de “devolver” em igual grau a violência a polícia estadual agiu com rigor, registrando-se durante 09 dias um número recorde de 493 mortes por homicídios em São Paulo, em sua maioria com características de execução sumária. O governo se negou a apresentar a lista de mortos. As críticas a ação policial, feitas por estudiosos de segurança e organizações e movimentos de direitos humanos pediam apuração dos crimes e punição para os culpados, tanto da ação do PCC quanto do estado. A ação contra o crime organizado não foi baseada em inquéritos judiciais ou investigação, e sim, na truculência e medidas brutais.

Um ano depois dos ataques apenas 16% dos inquéritos instaurados identificaram o autor do crime. Segundo o Ministério Público dos 493 homicídios, 243 têm ligação comprovada com a ofensiva da facção. Desses, 07 foram esclarecidos, todos de policiais assassinados.

Vejamos, os ataques do PCC são formas de manifestação de poder, sinalizam uma mudança de padrão dos grupos criminosos e constituem um termômetro do nível de degradação do sistema penitenciário brasileiro¹⁰, principalmente se observarmos que no Brasil os detentos são separados por facção e não por delitos. Colocando-se assim indivíduos que praticaram pequenos delitos junto com criminosos de alta periculosidade e ligados a alguma facção criminosa. Aqueles que não são de nenhuma facção ao adentrar ao sistema penitenciário deverão realizar sua opção.

Box 2. No estado do Pará uma menina de 15 anos foi mantida encarcerada durante 26 dias em uma cela com 20 homens, sendo continuamente estuprada. Situação confirmada por estudo da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) e do Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e do Adolescente (CONANDA), onde foram identificados 685 jovens em prisões para adultos em 8 estados brasileiros – 7% dos 10.500 jovens cumprindo internação por delitos cometidos.

Conflitos no campo e trabalho escravo. Os conflitos pela terra ainda são fonte de crimes violentos no Brasil. De acordo com relatório da Comissão Pastoral da Terra, em 2007, 28 pessoas foram mortas em conflitos pela terra no Brasil.

Um dos casos que mais chocaram o país foi a morte da freira Dorothy Stang, em 2005, na cidade de Anapu, no Pará. Quatro dos cinco acusados pelo crime já foram presos e condenados. Segundo a Promotoria, a missionária foi assassinada porque defendia a implantação de assentamentos para trabalhadores rurais em terras públicas que eram reivindicadas por fazendeiros e madeireiros da região. A pressão nacional e internacional gerou uma resposta do judiciário. Mas situações cotidianas de ameaças de morte e insegurança ainda marcam o trabalho dos defensores no país.

No campo um dos principais problemas também continua sendo o **trabalho escravo**, com o aliciamento de trabalhadores rurais contratados em regiões distantes do país para trabalharem em fazendas. Em 2003 o governo federal lançou o Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo. Nos últimos 10 anos 17.983¹¹ pessoas foram libertadas em ações de fiscalização do Ministério do Trabalho. Segundo dados do próprio Ministério a pecuária é a atividade que mais

⁹ A unidade prisional de Presidente Bernardes, para onde seriam transferidos os integrantes do PCC, possui o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) implantado em 2001, após uma rebelião simultânea em 29 prisões do Estado de São Paulo. Depois institucionalizado através de lei federal em 2003. Consiste na ampliação de até 360 dias do tempo máximo de permanência do preso em regime de isolamento.

¹⁰ No Brasil os detentos são principalmente homens (95%), 70% não completaram o nível fundamental de ensino, estudam nas prisões somente 17%. A Lei de Execuções Penais afirma que o Estado tem obrigação de prover o ensino fundamental para aqueles que não completaram seus estudos.

¹¹ Fonte: Comissão Pastoral da Terra.

utiliza trabalho escravo no Brasil. O avanço das monoculturas, principalmente a cana-de-açúcar, para a produção de etanol, contribui para as péssimas condições do trabalho.

Box 3. hbs e seus parceiros

A hbs apóia parceiros no Brasil comprometidos com a efetivação dos DHESCA's e o fortalecimento da democracia. Para isto contribuimos para o monitoramento, avaliação de políticas públicas, articulação e mobilização da sociedade civil e *advocacy* nos âmbitos nacionais e internacionais, que digam respeito a situações de violação de direitos relativos a mulheres, racismo, violência e segurança pública.

Rede Social de Direitos Humanos: elaboração de relatório anual sobre a situação dos Direitos Humanos no Brasil e análises e pesquisas sobre trabalho escravo. www.social.org.br

Justiça Global: campanhas e ações jurídicas contra as violações de Direitos Humanos ligadas a violência policial, além de apresentação de casos exemplares junto aos organismos da ONU e OEA. www.global.org.br

Criola: monitoramento das políticas públicas, voltadas para a população negra. www.criola.org.br

CFEMEA: análise, assessoria e monitoramento das políticas públicas voltadas para as mulheres e respeito a democracia de gênero. www.cfemea.org.br

SDDH: atuação jurídica, nacional e internacional, a partir de casos exemplares ligados a violência urbana e rural, no Pará e região amazônica. Além de promoção de Direitos Humanos por meio de processos formativos.

sddh@veloxmail.com.br tel.: 0055 91 3241 1518